

## **CAPITALISMO GLOBALIZADO E RECURSOS TERRITORIAIS: FRONTEIRAS DA ACUMULAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

A. W. B. Almeida, A. Zhouri, A. A. R. Ioris, C. Brandão, C. Bermann, F. M. Hernández, G. N. Bezerra, H. Acselrad, J. A. Paula, K. Laschewski, M. C. N. Coelho, M. A. Monteiro, L. F. N. Garzon, L. H. Cunha e L. J. Wanderley

Rio de Janeiro: Lamparina, 2010

*Humberto Miranda do Nascimento*

Professor do Instituto de Economia e coordenador do CEDE – Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico da Unicamp

O livro conta com a participação de autores vinculados a cinco grupos de pesquisa brasileiros dedicados ao estudo e à geração de conhecimento aplicado sobre a relação capitalismo e território, desdobrando-a em nove temas que vão desde o amparo teórico necessário e permanente da crítica ao capital, como também aos novos desafios políticos colocados à sociedade pelas frentes de expansão do capital *vis-à-vis* aos crescentes conflitos pelo território. Os pesquisadores do Etern-UFRJ, do Gesta-UFMG, do Gapta-UFRJ, do Nesur-Unicamp e do PNCSA-UEA/UFAM proporcionam, assim, ao leitor uma visão crítica enriquecedora do debate acadêmico.

No primeiro tema, *Crise econômica e reiteração do capitalismo dependente no Brasil*, de João Antônio de Almeida, a crise econômica atual é discutida à luz do enfoque estruturalista, chamando atenção para a distinção entre aquilo que chama de “crise financeira neoliberal” e a crise mais geral do capitalismo, uma “crise sistêmica, mundial e de hegemonia”. Trata-se da distinção entre seus elementos conjunturais e mais estruturais. Nesse sentido, o autor, além de retomar o que foi a crise de 1930 até o neoliberalismo, volta-se ao cenário da crise de 2007-2008 buscando entender as razões que reforçam o capitalismo dependente.

*Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo*, de Carlos Brandão, é o segundo tema e traz relevante discussão a respeito do caráter expropriador-(re)apropriador de

recursos territoriais no capitalismo brasileiro. Apresenta uma fecunda fusão de perspectivas teóricas críticas oriundas de autores fundamentais do marxismo (Marx, Lênin e Luxemburgo), passando por autores como David Harvey e Roman Rosdolsky e contextualizando a abordagem brasileira a partir de Wilson Cano, Conceição Tavares, Chico de Oliveira, Lúcio Kowarick, entre outros, retomando e sofisticando o conceito de acumulação primitiva, agora, permanente. Vai chamar a atenção para “a lógica econômica da valorização fácil e rápida... de natureza imediatista, rentista e patrimonialista” (p.49) que se estabelece na “estrutura genética” do capitalismo no Brasil ao articular as várias frações do capital, nacional e internacional, que operam (sobre) a “plataforma territorial-econômica” do país. Através da lógica mercantil, rentista, parasitária e financeira forja-se o descompromisso com o projeto nacional de desenvolvimento, gerando/gerindo verdadeiras “máquinas de produção de múltiplas desigualdades”.

No terceiro tema, *Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos*, de Luis Fernando Novoa Garzon, o autor analisa o papel do financiamento público dos investimentos em infraestrutura no Brasil nos últimos anos, chamando a atenção para um importante agente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Aqui, o autor destaca o *project finance* do banco, amparado pela Lei das Parcerias Público-Privadas (Lei 11.196/2005), como instrumento central para viabilizar as garantias oferecidas. A observação importante está no fato de o Estado passar a negociar com o setor privado não mais por meio de vetores econômicos equivalentes e socialmente convalidados, mas tornando-se mero canal de negociação privada, impermeável às demandas sociais. O capital privado encontra, assim, um subsidiador franco da drenagem da base de recursos naturais do país, arrastando consigo uma sociobiodiversidade (portadora de valores de uso) que deveria servir de potencial de desenvolvimento das populações tradicionais, para *commoditizar* o território e seus frutos (criando valores de troca). Além de descrever a mudança na forma de atuação do banco, dentro daquilo que chama de “etapa superior do capitalismo brasileiro”, nas reflexões sobre o papel do BNDES, o autor sintetiza de forma pertinente na expressão “O BNDES que temos e o país que não temos” aquilo que deveria ser o verdadeiro papel do banco público de investimento, o seu “S”, especial-

mente no que se refere à garantia de investimento em infraestrutura social (urbana e rural).

Em *Agroestratégias de desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios*, de Alfredo Wagner Berno de Almeida, o quarto tema, discutem-se as estratégias do agronegócio nos territórios que constituem suas fronteiras de expansão, a expensas do direito ao território das populações tradicionais. As agroestratégias, apoiadas pelas agências multilaterais (Bird, FMI e OMC), são conduzidas no Brasil pelos blocos ruralistas, suas entidades (CNA) e representantes no parlamento, para influenciar as políticas governamentais e capturar dos planos, programas e projetos. O ataque frontal à legislação ambiental, à demarcação do território quilombola e indígena e ao processo de titulação definitiva de suas terras deve-se à redefinição do mercado de terras (a terra e seus recursos), o que remete às formas de remercantilização do espaço agrário/rural que comandam tais agroestratégias.

No quinto, *A expansão da fronteira de expansão petrolífera: consequências sobre territórios e populações e populações tradicionais*, de Francisco Del Moral Hernández e Clélio Bermann, a questão do petróleo é abordada dentro da perspectiva de integração da infraestrutura física sul-americana, especialmente a partir do eixo amazônico da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IRSA. A possibilidade de exploração de petróleo em território amazônico e da construção de gasoduto da Venezuela ao sul do continente é o foco de análise. A questão explorada pelos autores é como os novos interesses do capital na região amazônica continental podem revelar e aprofundar os conflitos de uso-ocupação do espaço, relacionados aos interesses das populações tradicionais. Após uma contextualização histórica dos conflitos em torno dos interesses petrolíferos no mundo, passando pela formação da indústria de petróleo no Brasil, o autor volta-se ao caso do petróleo na Amazônia e os gasodutos Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus. É importante destacar, além da exploração hidrelétrica e mineral, a constituição de mais uma fronteira de expansão do capital, a da exploração da Amazônia petrolífera, dentro do contexto de integração sul-americana.

Encontramos no sexto tema, *Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais*, de Henri Acserald e Gustavo das Neves Bezerra, a investigação das demandas

sociais sob a óptica de sua (in)capacidade de resistir à nova mobilidade do capital no espaço. Os autores utilizam o conceito de “acumulação por espoliação”, de David Harvey, para chamar a atenção para a ação dos “portadores do poder de investir” que “recebem” a custo zero ou baixo um conjunto de ativos presentes no território (mão de obra farta, recursos genéticos, bens públicos, bens culturais etc.) para fins lucrativos. A acumulação por espoliação libera tais recursos cumprindo a mesma função que a acumulação primitiva cumpria na óptica de Marx. O artigo, entretanto, tem a virtude de apresentar um conceito mediador chave, o de *chantagem de localização/deslocalização*, como uma nova etapa do capitalismo através da qual se exprime a maneira pela qual os grandes investimentos funcionam como “quase sujeitos” das políticas de regulação do território, sujeitando a população local ao que os autores chamam “alternativas infernais”: ou ela aceita docilmente os imperativos do progresso ou sofre a ameaça de ser preterida por outra população ou localidade. A população tenderia a submeter-se à “chantagem” por ter um poder de barganha restringido pelas condições econômico-sociais débeis em que vive, ficando, assim, cada vez mais sujeita aos riscos socioambientais dos empreendimentos. Estaria em vigor, segundo os autores, uma “divisão socioespacial da degradação ambiental” reduzindo o potencial socioprodutivo de várias comunidades e, conseqüentemente, o bem-estar socioambiental das mesmas. O próprio poder público estaria legitimando a atração locacional chantagista de investimentos oferecendo uma série de benefícios, seja em recursos físicos ou fiscais, e estimulando inclusive uma “guerra predatória regional”. Os autores descrevem algumas evidências empíricas da *chantagem de localização/deslocalização* para o caso brasileiro e o da fronteira de investimentos siderúrgicos na fronteira Brasil-Bolívia. A questão central, portanto, é qual de fato o poder dos atores locais (ribeirinhos, quilombolas, indígenas, camponeses...) de resistir à chantagem locacional dos investimentos? Recusar ou consentir?

Em seguida, no sétimo tema apresentado, *Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil*, de Antonio Augusto Rossotto Ioris, o autor traça um quadro histórico-evolutivo da apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil, chamando a atenção para o uso direto e indireto da água como mecanismo de acumulação. Seu mote é a

relação entre a questão da água e o desenvolvimento nacional. Separa a discussão em duas fases históricas, a desenvolvimentista (anterior) e a neoliberal (mais recente). A diferença básica entre as duas fases, segundo o autor, é que, na primeira, a água foi utilizada como fonte indireta de acumulação (matéria-prima) e, na segunda, como fonte indireta (insumo) e direta, considerando também que a própria gestão da água torna-se objeto de transação econômica. A abordagem chama a atenção, no fundo, para as formas de apropriação dos recursos hídricos que aprofundam o caráter desigual e excludente do desenvolvimento, especialmente quando convivemos com crescentes problemas de uso das águas urbanas e rurais, o precário enfrentamento das enchentes nas cidades e ao mesmo tempo o incentivo ao uso/ acesso privado das melhores fontes levando à produção permanente de escassez para fins de suprimento da coletividade, além da própria degradação a que as águas são submetidas pelo modo mais extensivo/intensivo como se dá a apropriação/expropriação capitalista deste recurso ao longo do tempo.

Já no oitavo tema, *Conflitos ambientais Norte-Sul: agrocombustíveis para quem?*, de Klemens Laschefski e Andréa Zhouri, faz-se uma interessante exposição acerca das dimensões ambientais e territoriais do conflito Norte-Sul sujeito às novas determinações do crescimento do mercado da economia *agro-green-business*. Chama-se a atenção para o fato de que a deslocalização das atividades causadoras de impactos ambientais cria de uma só vez um exército de atingidos por contaminação, o que desafia o movimento por justiça ambiental a trabalhar em um projeto menos localizado e mais amplo de transformação da sociedade. Após tecer uma série de considerações técnicas/tecnológicas relativas aos agrobiocombustíveis e o discurso oficial em torno da sua matriz energética ambientalmente limpa, os autores vão ao cerne do problema ao associar a expansão dos agrobiocombustíveis aos efeitos sociais perversos que pode gerar. Explora a temática tanto do ponto de vista da organização desse mercado afeita aos interesses do agronegócio nacional e internacional, do tratamento dos países periféricos como “sumidouros de carbono”, a falta de garantia de que seja solução energética em um cenário de mudança climática, enfim, de que prosperem em vez de evitar as tensões renovadas entre expansão da fronteira agrícola e preservação de recursos naturais. Promove-se, desse modo,

uma segregação territorial entre áreas degradadas *versus* áreas ecologicamente modernizadas (certificadas). As novas territorialidades incentivadas pelos interesses da indústria de combustíveis e do latifúndio estruturam uma relação de poder sobre o espaço desafiando os movimentos sociais a criarem estratégias mais amplas de enfrentamento, dado o potencial de conflitos ambientais explícito-implícitos.

Por fim, no nono tema, *Mineração de bauxita, industrialização de alumínio e territórios na Amazônia*, de Maria Célia Nunes Coelho, Maurílio de Abreu Monteiro, Luis Henrique Cunha e Luiz Jardim Wanderley, a Amazônia ganha foco através da mineração e seus impactos associados ao avanço da fronteira mineral na Amazônia oriental brasileira, produzindo novos processos de territorialização e de luta pelo território. Os autores situam a abordagem nos projetos voltados à produção de bauxita, alumina e alumínio naquela parte da Amazônia, considerando o contexto de crescimento da demanda externa. Acentuam o caráter conflitual que perpassa a implantação desses projetos de exploração mineral à medida que levam “à superposição e à convivência de diferentes economias ou territórios em construção”. Ao mesmo tempo, mudanças sociais decorrentes do processo de territorialização ou do dinamismo territorial, em função das formas de sujeição ou resistências ativas, acabam estruturando novas relações de poder e de disputas pelo território. Os autores percorrem vários momentos históricos em que a relação tensionada entre territórios de empresas e territórios dos moradores/atores locais modula as formas de resistência e dominação (controle efetivo do território pelo agente empresarial, por exemplo), sendo que nesse processo o papel do Estado tem de ser mais ativo, instituindo normas, restringindo comportamentos e regulando o destino nos territórios-palcos-de-luta-pelo-poder.

Finalmente, o que se pode dizer dos nove temas que compõem o livro é que eles não têm a pretensão de resultar em uma unicidade forçada de questões, mas de propor uma multiplicidade aberta e crítica de subsídios à reflexão-intervenção ou reflexão interferente sobre o atual processo de capitalista em que os recursos territoriais estão em jogo. Todavia, a nova forma que o processo de acumulação assume exige mais que uma retomada do papel regulador do Estado, compensando a materialização do poder dos interesses do capital pri-

vado sobre o território, exige a constituição de novas bases sociais sobre as quais se poderá mover à ação reguladora do Estado, ou seja, é preciso reconhecer a necessidade de maior controle social por parte da sociedade e garantir um novo conteúdo social àquela ação reguladora, a fim de contra-arrestar a mobilidade dos capitais com as novas habilidades das lutas sociais. Este é, talvez, o grande sentido do livro.

## **A NEW PHILOSOPHY OF SOCIETY – ASSEMBLAGE THEORY AND SOCIAL COMPLEXITY**

Manuel DeLanda

London: Continuum, 2006

*Henri Acebrad*

Professor Associado do IPPUR/UFRJ,  
pesquisador CNPq

*Gustavo Bezerra*

UFF Volta Redonda

Este livro de Manuel DeLanda reflete um esforço de pensar diferentemente ou, de acordo com a fórmula de Montaigne, pensar “ailleurs” – em outro lugar – isto é, dedicar-se a mudar de posição para experimentar um redirecionamento de pontos de vista.<sup>1</sup> Trata-se, no caso, de procurar escapar do território das teorias sociais que se baseiam na dialética e no construtivismo em favor da aplicação da teoria do agenciamento de Gilles Deleuze à realidade social. Ainda que reconheça tratar-se de “rudimentos de uma teoria”, DeLanda busca usar diferentes recursos conceituais para propor uma “nova teoria do agenciamento”, vendo a complexidade social como composta por uma variedade de todos que emergem de partes heterogêneas. O problema da conexão entre os níveis micro e macro da realidade social é enfrentado por meio de uma síntese não dialética das propriedades de um todo que não é redutível às suas partes. Com essa solução, DeLanda almeja conceituar um estado ontológico de múltiplos níveis intermediá-

<sup>1</sup> Lapierre, N. *Penser Ailleurs*. Paris: Folio Essais/Gallimard, 2004, p.12.

rios situados entre o micro e o macro – exemplificados pelas interações sociais de Erwin Goffman e pelas instituições de Max Weber – nos quais as propriedades do todo supostamente emergem da interação entre suas partes.

Contrariamente aos sociólogos influenciados pela fenomenologia, DeLanda adota uma ontologia social “neorrealista”, considerando a existência da realidade social de forma independente das mentes. Para ele, as organizações institucionais, redes interpessoais e outras entidades sociais existentes deveriam ser tratadas como independentes de suas respectivas conceituações, resultando de processos objetivos de agenciamento. As entidades sociais são, pois, para ele, agenciamentos construídos por meio de processos históricos bem específicos, nos quais a linguagem exerce um papel importante, mas não constitutivo. A tarefa filosófica de clarificação ontológica deve, para DeLanda, contribuir para o trabalho de cientistas sociais naquilo em que seu esquema ontológico pode ser aplicado a diferentes entidades sociais através de movimentos ascendentes que vão desde a escala pessoal até Estados territoriais. A sua noção de ontologia plana refere-se à “univocidade do ser”, uma tese medieval reciclada por Deleuze segundo a qual “a univocidade é a síntese imediata do múltiplo: a unidade não diz nada além do múltiplo, cabendo substituir a concepção de que este último subordina-se ao anterior [ou seja, o múltiplo ao um] como a uma espécie comum e superior capaz de incluí-lo”.<sup>2</sup> DeLanda busca aplicar o esquema do agenciamento de Deleuze e Guattari a objetos tais como classes, organizações, cidades e Estados-nação.

Em um eixo horizontal inicial, eles consideram esses agenciamentos como possuidores de dois segmentos: conteúdo e expressão; de um lado, um agenciamento mecânico dos corpos, ações e paixões, uma mistura de corpos reagindo uns aos outros; de outro, um agenciamento coletivo da enunciação que age e enuncia transformações incorpóreas que são atribuídas aos corpos. No segundo eixo, vertical, o agenciamento tem, por um lado, faces territoriais ou reterritoriali-

<sup>2</sup> Zourabichvili, F. *Le vocabulaire de Deleuze*. Paris: Ellipses, 2003, p.82. Tradução por Taylor Adkins. Disponível em <<http://fractalontology.wordpress.com/2007/11/03/two-entries-from-francois-zourabichvilis-book-on-deleuzes-vocabulary-univocity-and-pre-individual-singularities/>>. Em português, ver <<http://pt.scribd.com/doc/50483460/12/UNIVOCIDADE-DO-SER-univocite-de-etre>>. Acesso em outubro 2011.